

1º Rodada de Discussão do tema “Organização da pequena e média produção agrícola”, em 03/06/2022.

Convidado: José Augusto de Castro Tosato (SDR).

Começou com o moderador, Edgard Porto, fazendo as seguintes questões: Como a política ligada principalmente à agricultura familiar acontece no governo? Quais os territórios prioritários? Que tipo de abordagem está sendo utilizada?

- Tosato começa com a definição de agricultura familiar: até quatro módulos fiscais; mão de obra preponderante da família; renda essencial vem da atividade produtiva (não se restringe apenas às atividades da agropecuária, mas também ao turismo de base comunitária, ao artesanato, a serviços ambientais, entre outros. Atividades que geram rendas para essas populações.). Por lei, fazem parte desse grupo: os povos indígenas, comunidades tradicionais, grupos extrativistas... Uma população muito variada.
- As estratégias começam a ser definidas com mais ênfase após 2002-2003. Com o surgimento de políticas públicas para enfrentamento de diferentes áreas ou grupos de problemas. Primeiro com o MDA (2003), o INCRA e, aqui na Bahia, com destinação orçamentária de forma crescente até hoje.
- Há um aumento de investimento na ATER (SDR), com sistemas territoriais de apoio à agricultura familiar, os SETAFs. Com necessidade de aumento na equipe.
- ATER tem gerando diversas chamadas públicas; atualmente atende 101 mil famílias. Os grandes montantes de investimentos em ATER eram feito a partir de recursos do governo federal. Atualmente, o governo da Bahia está arcando sozinho o orçamento da ATER, não há mais essa verba advinda do governo federal.
- Programas ativos: Bahia Produtiva; Pró-semiárido (maior investimento por família; oficinas participativas; diagnósticos por comunidades, em territórios com significativas manchas de pobreza); Garantia Safra; Parceria Mais Forte.
- Tosato ressalta a importância de não homogeneizar os agricultores familiares, pois facilita o aprimoramento das políticas públicas direcionadas a estes grupos. Necessidade de políticas públicas com direcionamentos diversos, como a questão previdenciária.

- Tosato ver a necessidade de tipologias que entendam as novas ruralidades que aprimorem as políticas.
- Edital “Alianças Produtivas”: trabalha na articulação entre diferentes grupos produtivos (associações e cooperativas) e a iniciativa privada; com compromisso de compra com tais grupos, que recebem recursos para modernizar o processo produtivo. A redução da fome é um dos focos da distribuição desses recursos.
- Políticas rígidas para a aquisição de máquinas: precisa ter Conselho Municipal e aceitar o convênio nas condições adequadas.
- Valorização dos circuitos curtos de comercialização, por meio das feiras agroecológicas. Alimentos realmente saudáveis e de baixos impactos ambientais e emissão de carbono. Ressalta-se que existe um desafio de que esses alimentos mais saudáveis não sejam direcionados apenas às camadas de maior renda. “Alimentos saudáveis e de preço justo”, para o conjunto de trabalhadores. Reforçando a necessidade da construção de mais parcerias entre o urbano e o rural.
- Existe o esforço de aproximar as associações de agricultura familiar com as instituições de ensino, pesquisa e extensão. Além da formação contínua dos conselheiros municipais e os colegiados territoriais que facilita a mobilização de políticas públicas.
- A demanda por tecnologia é fundamental para garantir a permanência do agricultor no campo. Aqui, Tosato encerra sua exposição e o moderador abre a rodada para perguntas.

César Vaz

- Questiona a ampliação das políticas direcionadas à agricultura familiar, algo mais regional, além de uma visão mais articulada.

Tosato

- Tosato propõe como solução um esforço para a formação e elevação da escolaridade no campo. Mas pensada de uma maneira articulada pelos agentes que lidam com a temática. Ressalta-se um programa de formação de agentes de Ater na Bahia.
- Encaminhamentos importantes: um estudo muito mais profundo da questão da escolaridade nos territórios, para depois articular de forma “cirúrgica” e

personalizada. De forma que a oferta chegue ao demandante da forma que ele precisa.

- Os cursos precisam estar dentro da realidade do agricultor, respeitando as metodologias adequadas para este público.
- Outra inovação importante: com a obtenção de dados sobre a produtividade, estamos trabalhando os principais nós críticos que vem definindo as baixas produtividades. Na mandiocultura, por exemplo, a baixa produtividade está relacionada ao material genético (manivas de má qualidade, contaminadas ao longo do tempo). Novos insumos + assistência técnica + novas práticas = aumento da produtividade.
- Tosato vê como revolucionário o aumento da produtividade no campo, gerando um aumento de receita no município. Ou seja, se a prefeitura investir junto com o Estado na agricultura familiar, pode-se substituir o sonho da indústria por uma agricultura mais preparada.
- Qual a infraestrutura necessária para o jovem ficar no campo?

Marcelo Rocha (CAR)

- Marcelo Rocha (CAR): modernização da gestão para entender a complexidade do sistema e resolver os nós críticos.
 - As ações setorializadas emperram o avanço mais rápido do desenvolvimento rural, pois não estão integradas dentro do território. Falta coordenação de centro do poder.
 - O território não está se transformando em ferramenta de gestão. Não temos avaliação de políticas públicas na Bahia. Não há *feedback*. Há uma ausência de coordenação e uma baixa institucionalidade.
 - Como investir na institucionalidade (articulação entre instituições)? Elas precisam compreender a importância de cada uma dentro do processo de desenvolvimento e a permanente necessidade de articulação; ação territorial de cooperação, de visão estratégica.
 - Baixo nível de aporte técnico e intelectual nas prefeituras, além das instituições e repartições territorializadas.
 - Gerenciamento da gestão desses processos de investimentos dessas políticas públicas.

José Augusto Tosato

- Tosato: Precisa de um lugar para organizar as informações do Estado (base de dados de fácil utilização) e subsidiar as decisões.
 - A agricultura familiar precisa ser remunerada pelos serviços ambientais que ela proporciona.
 - Participação social: formação permanente.
 - Déficit na justiça fundiária.